



INTENCIONALIDADES E RACIONALIDADE ESTABELECIDAS NO ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL NO BOJO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

INTENTIONS AND RATIONALITY ESTABLISHED IN THE TECHNICAL VOCATIONAL TRAINING ITINERARY IN THE CONTEXT OF HIGH SCHOOL REFORM

Marcos Ogliari¹
Giovanna Pezarico²

RESUMO

A etapa de escolarização no Brasil, em especial a denominada de Ensino Médio já passou por uma série de reformas e há uma em curso no atual contexto educacional do país. Diante disso, o presente projeto visa apresentar uma análise quanto os processos percorridos que deram base para a criação e sustentação da educação básica no Brasil. Para se alcançar os resultados, a metodologia será de cunho qualitativo tendo sua fundamentação em análises documentais e bibliográficas. Esse percurso é imprescindível para poder se chegar ao objetivo central da presente reflexão que intenta pensar as intencionalidades e racionalidades orientadoras dos processos de (re)estruturação do Ensino Médio no Brasil a partir do itinerário formativo de formação profissional e técnica. A fim de contemplar todas as etapas, uma leitura sobre fatores políticos e sociais sob os planos bem definidos dos valores neoliberais não podem ser desconsiderados, pois são estes que sustentam e alimentam o debate com o objetivo de manter cada vez mais próximo os vínculos que ligam a construção ideológica da educação com os interesses do mercado econômico.

Palavras-chave: reforma educacional; novo ensino médio; neoliberalismo; intencionalidades e racionalidade; ensino técnico e profissional.

¹Mestrando em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Paraná. Brasil. E-mail: hdmmco@gmail.com

²Doutora em Tecnologia. Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Paraná. Brasil. E-mail: gpezarico@utfpr.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5576-6685>

ABSTRACT

The stage of schooling in Brazil, especially secondary education, has already undergone a series of reforms and there is one underway in the country's current educational context. In view of this, this project aims to present an analysis of the processes that led to the creation and support of basic education in Brazil. To achieve the results, the methodology will be qualitative, based on documentary and bibliographic analysis. This path is essential in order to reach the central objective of this reflection, which is to think about the intentions and guiding rationalities of the processes of (re)structuring secondary education in Brazil based on the training itinerary of professional and technical training. In order to contemplate all the stages, a reading of political and social factors under the well-defined plans of neoliberal values cannot be disregarded, since it is these that sustain and feed the debate with the aim of maintaining ever closer links between the ideological construction of education and the interests of the economic market.

Keywords: Educational Reform; New Secondary Education; Neoliberalism; Intentionalities and Rationality; Technical and Professional Education.

Resumo Expandido recebido em: 02/02/2024

Resumo Expandido aprovado em: 11/03/2025

Resumo Expandido publicado em: 19/03/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/redes.v2ianais.5287>

1 INTRODUÇÃO

A presente reflexão se insere no campo de investigação da Educação Básica e tem como foco o denominado “Novo Ensino Médio”. Destaca-se aqui o fato que o Ensino Médio no contexto brasileiro é demarcado como um campo de disputas, o que exige o apontamento de algumas precauções teórico-metodológicas. Uma precaução inicial diz respeito aos contornos de tais disputas no que se refere às intenções, sentido e finalidades a que se destina tal etapa formativa. Contudo, outra precaução se mostra salutar. A compreensão de que os movimentos em torno do Ensino Médio, geralmente estão associadas a processos de “Reforma” ou então do ideário de um “Novo Ensino Médio”. Entretanto, ao analisar, com maior horizonte histórico, as tensões e movimentos em torno desta etapa, pode-se considerar que há mais continuidades em relação às suas intenções, do que rupturas propriamente ditas. Nas análises de Silva (2018) tais concepções não passariam de um empoeirado discurso cujo ardil de novidade estaria a reforçar velhos discursos e propósitos.

Além disso, não se pode ignorar as relações estabelecidas entre a educação básica, especialmente o Ensino Médio, e as metamorfoses inerentes ao modo de produção capitalista. Isso significa contextualizar que uma série de argumentos relativos à denominada reforma do Ensino Médio parece pautar-se no imaginário estabelecido pelos organismos internacionais desde a década de 1990, fundamentado em indicadores e metas a serem alcançadas pelos países “em desenvolvimento”. Tais problematizações se mostram oportunas no sentido de se pensar sobre a efetiva necessidade de novas alterações no modelo existente e quais justificativas seriam apontadas para tal processo.

Numa perspectiva neoliberal, focada na meritocracia e na abordagem das competências para um “mercado de trabalho” fundamentado na acumulação flexível, do sujeito empresarial e da tecnologia amparada na razão instrumental, de máxima eficiência, emerge, pois, a demanda de tal “inovação”. Silva (2018) constitui um cenário de importante compreensão para justificar as urgências para a retomada do repensar do Ensino Médio. Para a autora, ocorreu a construção de discursos pautados pela existência de uma sobrecarga de disciplinas, da formação distante das exigências ou adequações necessárias ao trabalho contemporâneo ou ainda, pelos indicadores de performance no corpo discente brasileiro. Tais indicadores estão relacionados ao desempenho no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), aos resultados das avaliações no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) ou ainda aos indicadores relativos ao baixo número de matrículas, altos índices de evasão e/ou redução significativa na verticalização dos egressos do Ensino Médio na Educação Superior.

Ao problematizar tais narrativas, é importante também exercer uma vigilância crítica ao considerar que tais argumentos, além de representarem retrocessos aos processos históricos de democratização, da luta pelo trabalho em seu sentido ontológico e da educação como princípio emancipatório, ocultam outras tensões fundamentais para compreensão das dinâmicas vivenciadas pelo processo educativo. Isso significa assumir uma perspectiva reducionista que desconsidera processos mais complexos como a precarização e uberização do trabalho, o esfacelamento das relações contratuais fundamentadas no emprego, substituídas pelas formas mais recentes de terceirização e pejetização, por exemplo. Do mesmo modo, tais narrativas

tornam opacos os enfrentamentos vivenciados pelo contexto da educação, tais como o sucateamento e o desmonte tanto no que diz respeito às infraestruturas disponíveis como escolas e o aporte necessário para o desenvolvimento das atividades de modo qualificado, como, os processos de gestão escolar e do exercício da atividade docente.

Ademais, outro elemento caro à reflexão que se engendra diz respeito, especialmente ao contexto dos chamados itinerários formativos. Os debates em torno da formação no Ensino Médio e os diálogos com os aspectos profissionalizantes não são recentes e tampouco pacificados. Contudo, no âmbito da reforma mais recente, tal processo parece ser maximizado. Para Frigotto (2022), a reforma guardaria em seu bojo como intenções o “sepultamento da educação básica e a descaracterização das licenciaturas”.

Assim, envidar esforços para problematizar a racionalidade e intencionalidades em torno dos itinerários formativos se mostram necessários tanto para compreender as repercussões para o trabalho docente, para o contexto do trabalho ou para as perspectivas que os limites e possibilidades que os jovens poderão enfrentar no seu percurso formativo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA E METODOLOGIA

O debate ganhou destaque quando, via publicação de material como a Medida Provisória (MP nº 746/2016), o governo federal deu início ao processo de implantação da reformulação desta etapa de ensino e que posteriormente se tornou Lei sob a promulgação nº 13.415/2017. O ciclo alcança seu apogeu em 2018 após a homologação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em dezembro do mesmo ano. É diante do processo adotado para debate e da pretensa racionalidade das mudanças propostas, bem como, questões quanto às efetivas mudanças nas bases educacionais e a relação desta com o mercado de trabalho que passam a aflorar e se tornam forças propulsoras para, enfim, dar corpo a construção desta análise.

Kuenzer (2016) analisa criticamente tal cenário, indicando que as propostas de reformulações das questões educacionais são encarnadas pela necessidade de

preparar uma mão de obra capaz de acompanhar as mudanças tecnológicas que decorrem das sempre dinâmicas formas de produção dos campos científicos e tecnológicos, em contraponto daquele profissional acostumado ao sistema rígido e estanque dos tempos de outrora do fordismo/taylorismo. Neste sentido é o que Antunes (2019) denomina por educação “liofilizada”³ ao referir-se ao modo em que as empresas e mesmo as instituições de ensino passam a tratar o ser humano, ou seja, uma educação utilitarista, “enxuta” e voltada a atender as necessidades cada vez mais flexíveis do mercado.

Todavia, para além dos aspectos legais inerentes ao documento orientador da reforma, outras repercussões sobre o tema podem ser elencadas. Como indica Frigotto (2022, s.p), a constituição dos itinerários formativos representa uma contrarreforma do ensino médio. Para o autor, tais itinerários, na forma como foram elaborados em termos de concepção e instrumentalização poderão ser responsáveis pela fragmentação da formação. Em sua análise, sob a perspectiva de uma atitude de protagonismos dos jovens, os mesmos seriam induzidos à optar pelo itinerário relativo à formação técnica e profissional, convencidos por maior possibilidade de empregabilidade e empreendedorismo. Além disso, o autor ressalta a potencial dissimulação que reside nesta estruturação. Considerando as condições materiais objetivas para o desenvolvimento de tal itinerário, as escolas estariam reféns de uma formação destinada à trabalhos simples de baixos salários. Como principal consequência e perversidade, estaria a fomentar duas barreiras, tanto o acesso à universidade e à educação superior, bem como, ao trabalho qualificado e complexo.

Em vista do profícuo campo de investigação, posto que atravessado por relações de poderes que denotam as disputas históricas entre o ensino médio integrado e o ensino médio dual, debruçar-se sobre os itinerários formativos e com especial interesse sobre aquele que possui como singularidade a formação técnica e profissional se mostra promissor.

Dito isso se assume como possibilidades as abordagens da pesquisa documental. Neste caso sugere-se como corpus os documentos produzidos e

³ Assim destaca Antunes (2017) sobre o uso do termo: "Nos referimos, portanto, aqui, à secagem da substância viva que, na empresa, é o trabalho vivo, que produz coisas úteis, riqueza material e valor, e que contraditoriamente se reduz no capitalismo" (p. 07)

entregues por entidades ao MEC, além de conferências nas quais o tema foi debatido. Do mesmo modo, poderão ser utilizados relatórios de divulgação dos resultados de consulta pública interpelada pelo Ministério da Educação no decorrer do primeiro semestre de 2023.

Deste modo, a análise segue uma pesquisa de cunho qualitativo fazendo uso de um número extenso de procedimentos, análises e mesmo constituição de dados, entre estes os registros documentais. Conforme aponta Sá Silva, Almeida e Guindani (2009), a riqueza de informações que podem ser encontradas em documentos justifica sua escolha em diversas áreas do conhecimento, como exemplo as Humanas e Sociais, pois tal análise possibilita ampliar o entendimento de fatos que, para melhor compreensão, necessitam de contextualização história e sociocultural.

Minayo (2000, p. 24) destaca ainda que uma pesquisa de cunho qualitativo “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes e, a partir destes fenômenos que surgem das relações sociais, busca compreender e interpretar o contexto a qual se aplica.

A especificidade enquanto caráter explicativo é justificada por Gil (2008, p. 28) quando esclarece que as pesquisas explicativas “são aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

No mesmo caminho Bardin (2011) afirma que a análise de conteúdo já era uma prática constantemente utilizada desde as primeiras tentativas de se interpretar as escrituras sagradas. No entanto, o método de Análise de Conteúdo só ganhou referencial a partir da publicação da própria autora na obra de 1977. Afirma ela na referida obra que a análise de conteúdo se trata de:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

Sobre a abordagem, infere ainda Bardin que no processo de análise interessa tanto as condições de quem produz o conteúdo em foco, quanto quem recebe o mesmo e os efeitos a ele relacionados. Deste modo, “[...] a intenção da análise de

conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores” (Bardin, 2011, p. 38), estes nem sempre quantificáveis. Por tal princípio ressalta-se a característica estabelecida diante deste trabalho como um viés analítico de categoria a priori, buscando investigar concepções relativas ao itinerário formativo de cunho técnico-profissional bem como as racionalidades e intencionalidades que compõe o processo em discussão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Debruçar-se sobre reformas educacionais, ou ainda, propor reformas está longe de ser uma exclusividade. A sociedade convive com diferentes projetos reformistas há muito tempo, especialmente ao levar em conta a questão econômica, abarcando desde modelos primitivos de organização social até a constituição de oligopólios resultantes de um capitalismo monopolista baseado na concentração do capital nas mãos de poucos proprietários e acionistas. Movimentos como estes, que impactam a estrutura das organizações econômicas não ficam inertes à produção de impactos e consequências em toda a malha social, principalmente na própria forma de distribuição de serviço no bojo destas constantes reformas. Uma vez que o capital faz a roda girar inserida na lógica do mercado, campos como a educação acabam se tornando instâncias estratégicas de parcerias ou cooptação, uma vez que a necessidade de produção e aprimoramento de mão de obra se fazem urgentes.

Na obra *A educação para além do capital* (2008), István Mészáros chama atenção para a relação sempre estreita entre o mercado financeiro e as estruturas educacionais, onde estas acabam sempre como papel subserviente do modelo econômico. Segundo o autor, “em todos os tempos a lógica do capital agiu sobre a educação, pautada sempre pelos mesmos princípios, independente das metodologias aplicadas” (2008, p. 35). Ao passo que este movimento avança sobre a educação, Frigotto e Ciavatta (2006) identificam como sendo a teoria do “capital humano” que, aliada aos preceitos do mercado, é considerada uma estratégia de investimento do Estado afim de fomentar os interesses do capital e legitimação do mesmo.

Esta relação entre capital e educação novamente é apresentada por Kuenzer quando debate o regime de “acumulação flexível” enfatizando, mais uma vez, os princípios de uma educação que visa atender a velocidade sempre acelerada das mudanças regidas pelo mercado econômico em detrimento de uma educação integral e integradora. Segundo Kuenzer (2017) a construção dos currículos deveria atender as dimensões científicas, tecnológicas, culturais e do trabalhador, atribuindo significado ao conhecimento escolar, numa abordagem integrada entre todos os componentes curriculares, estejam estes distribuídos em disciplinas, áreas do conhecimento ou de qualquer outro modo conforme assegurado pelas diretrizes que deveriam orientar o Ensino Médio.

Algo que desperta interesse em todo esse processo também diz respeito ao ponto destacado por Mézsáros (2008) ao constatar que ao longo de todo o caminho de desenvolvimento do modelo capitalista a única mudança em relação à educação foi quanto às modalidades impostas, os imperativos estruturais do mercado, mas sem jamais ameaçar uma ruptura com o sistema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar as reformas educacionais tem sido algo que desperta interesse no campo científico, pois entender racionalidades e intencionalidades que motivam e impulsionam o ciclo das constantes reformulações se faz urgente a fim de melhor entender o pano de fundo que encobre todos estes ciclos sem que jamais houvessem reformulações paradigmáticas propriamente ditas.

A reflexão aqui exposta busca contribuir no campo da educação ao propor uma análise conjuntural discutindo os processos e desdobramentos que a presente reforma do Ensino Médio tem resultado e, do mesmo modo, ao contexto do desenvolvimento regional vem chamar atenção uma vez que a mesma interfere substancialmente na conjuntura de formação da mão de obra técnica em detrimento da busca por uma qualificação integral.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Da educação utilitária fordista à da multifuncionalidade liofilizada. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis *et al.* **Das crises do capital às crises da educação superior no Brasil: novos e renovados desafios em perspectiva.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 5-18.
- ANTUNES, Ricardo. Da educação utilitária fordista à multifuncionalidade liofilizada. **37 Reunião Anual da ANPED.** 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **MEC e Inep divulgam resultados da 1ª etapa do Censo Escolar 2022.** 01 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022>. Acesso em: 22 out. 2023.
- FRIGOTTO, G. Reforma do ensino médio representa uma regressão e uma traição aos jovens e ao país. Entrevista especial com Gaudêncio Frigotto. **UNISINOS**, 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/616742-reforma-do-ensino-medio-representa-uma-regressao-e-uma-traicao-aos-jovens-e-ao-pais-entrevista-especial-com-gaudencio-frigotto>. Acesso em: 28 out. 2023.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. **XI Anped Sul – Reunião Científica Regional da Anped: educação, movimentos sociais e políticas governamentais**, UFPR, Curitiba, 24-27 jul. 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educacao-e-Trabalho.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- KUENZER, A. Z. Trabalho e Escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723>.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, v. 1, n. 1, Jul., 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em 22 out. 2023.

SILVA, M. R. A BNCC da reforma do Ensino Médio: O resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, v. 34, e214130, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3993/399365005091/html/>. Acesso em: 21 out. 2023.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.